

Brasil procura posicionamento que favoreça renegociação, diz Bracher

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

"Estamos desenvolvendo uma obra catequética." A imagem é do presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, que assim procurou traduzir o esforço brasileiro no encaminhamento da questão do acordo externo. O Brasil procura buscar perante os governos dos países credores um posicionamento que favoreça a renegociação da dívida dentro do princípio já definido internamente e que dispense a presença de organismos internacionais, na função de monitórios da política econômica.

"O que ficou claro para eles é que temos consciência de que a política econômica seguida pelo Brasil é uma política séria e severa e que não seria possível ser seguida se fosse a mando do exterior", afirmou ontem o presidente do BC, na primeira entrevista que deu depois de ter retornado dos Estados Unidos, onde participou da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nem todos, no entanto, parecem ter em mente, com a mesma clareza, a posição do Brasil. Ainda ontem, durante sua passagem por Brasília, Ira Stepanian, presidente do Bank of Boston Corporation — o 14º no "ranking" dos bancos comerciais norte-americanos, com um crédito de US\$ 260 milhões junto ao Brasil —, teve oportunidade de defender a participação de alguma agência internacional, não necessariamente o FMI, no processo de renegociação dos países devedores. Conforme colocou, existem determinadas condicionantes que precisam ser traçadas, como, por exemplo, saldos comerciais, e que não podem ser introduzidas pelos bancos.

Ira Stepanian esteve com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, antes da audiência com o presidente da República, José Sarney, e a visita ao País, depois de quatro anos, dessa vez pretendeu conhecer mais de perto o processo desencadeado com o Plano Cruzado, além das intenções brasileiras no que se refere ao acordo externo.

O presidente do Bank of Boston sabe que a tarefa de buscar uma solução que agrade ao governo brasileiro e aos banqueiros não é fácil — "o número de credores é muito grande e os bancos discordam entre si" —, mas não acha que seja de todo impossível encontrar um caminho. "Se porventura o FMI não for a solução ideal, os bancos estão abertos para soluções alternativas." Nesse ponto, atribuiu papel fundamental ao que o presidente do BC prefere chamar de "iniciativa Baker". Também Bracher repousa confiança no novo papel que os governos dos países credores estão sendo chamados a desempenhar no processo de renegociação dos países devedores.

"Os bancos vão agir com maior desenvoltura se souberem que agem em consonância com seus governos, e as autoridades monetárias dos países-sedes de bancos ou de agências credores estão, passo a passo, entendendo cada vez mais isso", afirmou o presidente do Banco Central (BC). Para as instituições bancárias privadas, que firmaram no passado contratos de empréstimos em bases puramente comerciais com empresas brasileiras, a questão da forma como é colocado hoje foge de sua alçada. "Existe uma grande dificuldade para os bancos estarem aqui discutindo problemas que dizem res-



Fernão Bracher

peito à soberania de outros países. Esta é uma discussão política e os governos estão mais preparados para desenvolvê-la", observou Ira Stepanian.

O presidente do BC não tem nem ideia de quando serão reabertas as negociações com os banqueiros. Na verdade a questão do acordo externo passa também por um entendimento direto com os governos credores em torno das dívidas tomadas junto a agências governamentais e que são negociadas no âmbito do Clube de Paris. O presidente do BC acenou com um panorama mais otimista: "O Clube de Paris exige ainda um trabalho de convencimento, mas estamos a meio do caminho de um entendimento".

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, terá oportunidade, ainda nessa semana, de galgar um passo além no processo de conversações que vem desenvolvendo com os governos dos países credores. Ele vai aproveitar o convite que recebeu para fazer uma palestra no seminário internacional, que marcará a passagem de 12 de outubro como o Dia das Relações Internacionais da Alemanha Federal com as

Américas (em Hamburgo), para passar por Paris. Ele embarca para a Europa na quinta-feira desta semana e só retorna ao País na segunda-feira próxima, conforme informou a este jornal seu assessor para assuntos internacionais, ministro Álvaro Alencar. Bracher, dessa vez, não vai acompanhar o ministro da Fazenda.

Conforme acredita o presidente do BC, "um caminho novo está-se delineando claramente no sentido de que sejam atendidas as conveniências brasileiras", mas isso leva tempo e existem percalços até mesmo técnicos que surgem em meio do processo. Um deles é a proposta que o Controller of Currency, superintendência vinculada justamente à Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos — cujo titular, James Baker, tem-se notabilizado pela defesa de uma mudança no comportamento dos bancos credores perante os países devedores —, no sentido de introduzir diferentes pesos aos créditos dos bancos norte-americanos em função dos riscos dos tomadores, o que altera a proporcionalidade do ativo com o capital e reservas. "Essa proposta torna difícil o relacionamento dos devedores com os bancos", disse Fernão Bracher, adiantando que o BC já remeteu telex à Secretaria do Tesouro, alertando para a inconveniência da medida.

Por outro lado, os próprios bancos não parecem totalmente concentrados nos resultados do Plano Cruzado. O presidente do Bank of Boston, por exemplo, qualificou o processo de ajuste brasileiro como "interessante", mas indicou claramente que não existe ainda um consenso de que a economia brasileira está estabilizada.